

# Por uma história materialista da cultura: revisitando Walter Benjamin

Anita Helena Schlesener

Professora da Universidade Tuiti do Paraná (UTP)

**Por uma história materialista da cultura: revisitando Walter Benjamin**

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre o conceito de história a fim de explicitar a tarefa do historiador materialista e o significado materialista de uma e história da cultura. A base de análise são os escritos de Walter Benjamin. O artigo destaca a originalidade de um autor que, no contexto da sociedade europeia do início do século XX, levantou questões relevantes para uma história materialista da cultura. Para acentuar as relações entre arte, história e política, temos como base o ensaio *Eduard Fuchs, der Sammler und der Historiker*, publicado em 1938.

**Palavras-chave:** 1. Arte; 2. Política; 3. Walter Benjamin.

**For a materialistic history of culture: revisiting Walter Benjamin**

**Abstract:** The aim of this paper is to analyze the concept of history in order to clarify the task of a materialist historian and the significance of a materialist and cultural history. The analytical basis is the writings of Walter Benjamin. The article highlights the originality of an author who, in the context of the European society of the early twentieth century, raised relevant questions for a materialist history of culture. In order to highlight the relationship between art, history and politics, we based ourselves on the essay *Eduard Fuchs, der Sammler und der Historiker* published in 1938.

**Keywords:** 1. Art; 2. Politics, 3. Walter Benjamin.

*“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador” (Eduardo Galeano).*

**W**alter Benjamin foi um pensador de formação judaica que, no campo da filosofia, realizou um trabalho no qual entrecruzou posições teóricas opostas e mesmo contrárias, que vão do romantismo alemão, a Nietzsche e Freud, sem esquecer do anarquismo nas vertentes de Blanqui e Sorel, aportando, a partir da leitura de Lukács (*História e consciência de classe*), no contexto do marxismo. Suas reflexões partem da constatação das profundas transformações ocorridas na formação do homem moderno a partir do desenvolvimento da técnica e da sua inserção no âmbito da economia capitalista. Constata as contradições geradas pelo modo de produção capitalista e, a partir da articulação das diversas tendências do pensamento moderno que assimila e transforma, conflui no questionamento radical da temporalidade enquanto mecanismo de exercício da dominação por meio de uma ideia de verdade e de uma narrativa histórica linear e progressista. Suas densas metáforas possuem uma força crítica inusitada contra o historicismo na sua leitura linear e progressista, a fim de interrogar uma concepção de história que se pretende universal e subverter essa leitura na busca do tempo subterrâneo, suprimido ou soterrado pela história dos vencedores.

Alguns conceitos, como materialismo histórico e história da cultura se apresentam na medida em que nosso autor se insere no debate político das esquerdas que se organizavam no início do século XX. Esse voltar-se para o marxismo trazendo junto a bagagem de leituras e posicionamentos teóricos anteriores abre novos caminhos de interlocução e novas perspectivas de interpretação no campo do marxismo. Como pano de fundo dos ensaios

escritos a partir de 1924 pode-se vislumbrar projetos de leitura e a articulação de pensamentos que aparentemente parecem distantes e opostos entre si.

O objetivo deste artigo é refletir sobre o conceito de história a fim de explicitar a tarefa do historiador materialista e o significado renovado da dialética. Trata-se de retomar um trabalho paciente e rigoroso que consistiu em fazer a crítica a um tempo espacializado e sucessivo, como encadeamento contínuo dos fatos do passado, própria da história da cultura ocidental e assimilada sem crítica pelo marxismo, que se propôs “mudar o mundo” sem perceber que, para tanto, precisaria também “mudar o tempo” (AGAMBEN, 2005, p. 111).

Para Walter Benjamin, esta concepção retilínea e progressiva de um tempo quantitativo e pontual faz parte de um projeto de dominação política e ideológica cujo centro é a apropriação da força de trabalho pelo capital;<sup>1</sup> uma das principais condições para efetivar transformações radicais seria liberar o materialismo histórico das noções de progresso e causalidade que caracterizam a concepção linear da história e abordar a vida e as relações sociais da perspectiva da descontinuidade. A partir da análise de situações históricas concretas para evidenciar as relações internas entre estrutura e superestrutura, a abordagem dialética teria que mostrar que o passado pode atingir “um grau de atualidade” mais elevado que em seu próprio tempo, porque não resulta de um encadeamento de causas e efeitos, mas da dinamicidade das relações vividas no presente.

Uma leitura materialista da história e da cultura exige deixar de abordar o passado como pontual e fixo num tempo que se foi, mas buscar os sinais que persistem na trama do presente, na medida em que resultam de projetos fracassados, inacabados, de sonhos abortados que permanecem pedindo soluções. Essa abordagem consiste em desarticular e reconstruir as partes e o todo, a fim de contextualizar os objetos em novas configurações para mostrá-los em sua materialidade renovando os seus significados.

---

<sup>1</sup> “A superestrutura é a expressão da infraestrutura. As condições econômicas, sob as quais a sociedade existe, encontram na superestrutura a sua expressão – exatamente como o estomago estufado de um homem que dorme, embora possa “condicioná-lo” do ponto de vista causal, encontra no conteúdo do sonho não o seu reflexo, mas a sua expressão. O coletivo expressa primeiramente suas condições de vida. Estas encontram no sonho a sua expressão e no despertar a sua interpretação” (BENJAMIN, 2009, K 2,5, p. 437).

A base de nossa reflexão é o ensaio sobre *Eduard Fuchs, o colecionador e o historiador*, considerado como um dos textos preparatórios das *Teses sobre o conceito de História*, teses que continuam a nos instigar porque nascem da experiência histórica concreta e questionam as novas gerações. Conforme Löwy (2005, p. 39), as Teses se apresentam como o documento mais significativo no pensamento revolucionário desde as *Teses sobre Feuerbach*, de Marx. Um documento no qual “o ponto de vista dos vencidos” abrange tanto a história das classes trabalhadoras quanto a história de todos os oprimidos, desde as “mulheres – metade da humanidade – aos judeus, ciganos, índios das Américas, curdos, negros, minorias sexuais”, ou seja, todos os párias e excluídos de todos os tempos. Diante da opressão que se estende a todos os continentes, em proporções inusitadas a partir da modernidade, é contraditório e mistificador falar em futuro ou progresso nesta sociedade.

O ensaio sobre Eduard Fuchs também é significativo por colocar em questão a possibilidade de uma história materialista da cultura, projeto no qual Benjamin também se insere e que se apresenta como pano de fundo das reflexões sobre *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*.<sup>2</sup> Entendendo que as Teses foram preparadas ao longo de seu trabalho de crítica ao arcabouço teórico que forma o pensamento moderno, a abordagem do escrito sobre Fuchs tem o objetivo de salientar as mediações entre história, política e arte na explicitação da tarefa do historiador materialista. O que perpassa este escrito é que uma história materialista da cultura é essencialmente política na medida em que o processo cognitivo se torna, no contexto das relações de poder, um mecanismo de consolidação das relações de dominação, ou seja, a narrativa histórica expressa as condições econômicas e sociais sob as quais a sociedade existe.

Aliamos a estes escritos alguns fragmentos de *Das Passagenwerk*, material de pesquisa que guarda preciosos tesouros para explicitar o projeto benjaminiano de romper com a linearidade histórica própria da narrativa

---

<sup>2</sup> O texto se insere no contexto da produção da chamada “obra das Passagens” (sobre a sociedade moderna a partir do século XIX) e dele existem três versões: a primeira escrita em alemão, a segunda em francês (com correções), publicada na revista do Instituto em 1936; a última versão foi escrita entre 1937-1938. Conforme Wolin (1994, p. 170), *A obra de Arte...* precisa ser entendida no projeto benjaminiano de elaborar uma História materialista da cultura, bem como no confronto com uma estética fascista da violência.

dominante e contrapor ao pensamento burguês a radicalidade da noção de dialética na relação expressiva entre economia e cultura.<sup>3</sup> Por fim, fazemos algumas relações com as Teses a fim de mostrar os elos de um pensamento que nos instiga a pensar as contradições do presente com a força negativa da dialética.

### 1. As dificuldades e as possibilidades de uma história materialista da cultura

Iniciamos por explicitar que Eduard Fuchs foi um socialdemocrata que Benjamin conheceu pessoalmente em Paris, onde ambos se encontravam exilados. Conforme Ernani Chaves (2003, p. 35), o ensaio sobre Fuchs é importante porque “nele Benjamin expõe, pela primeira e única vez, de forma detalhada, sua concepção ‘materialista’ da história e, por conseguinte, do próprio marxismo”.<sup>4</sup> Benjamin considera Fuchs um “pioneiro de uma reflexão materialista sobre a arte”, isso por estar inserido no contexto de debate e de formação do materialismo histórico e alinhando-se ao lado de Mehring e Plekhanow na elaboração de uma história materialista da cultura. A importância dessa interlocução se apresenta no fato que, até então, a “tradição que vai de Marx a Bebel, passando por Wilhelm Liebknecht” se centralizava no debate político, deixando em segundo plano a questão da cultura (BENJAMIN, 1985, G II-2, p. 465).

Conforme Chaves (2003, p. 36), Benjamin “pretende inserir-se nesta tradição” e “fazer uma espécie de correção, para refunda-la” em bases mais sólidas. Para tanto, inicia por fazer a crítica ao determinismo e ao historicismo defendidos pela socialdemocracia a fim de explicitar a potencialidade estética da política na tarefa do materialista histórico e a necessidade de abordar a história do ponto de vista dos oprimidos. Essa compreensão pode ser encontrada em

---

<sup>3</sup> O tema da relação expressiva já foi abordado por nós no artigo “Benjamin leitor de Marx: na senda de *Das Passagen Werk*” (cf. SCHLESENER, 2013).

<sup>4</sup> A posição de Benjamin e sua inserção nesse debate foi criteriosamente analisada por Ernani Chaves, de modo que retomaremos aqui apenas alguns pontos que consideramos essenciais para explicitar o conceito de história. O “materialista” entre aspas é de Chaves.

Fuchs, embora a crítica ao determinismo e ao historicismo enquanto ilusões a serem desmistificadas são condições de explicitação da “situação histórica em que Fuchs se via mergulhado” (IBID., p. 466).

Enveredar por este caminho supunha, além de levantar os limites e contradições do próprio movimento político socialdemocrata, debater as questões culturais a partir da crítica à história da cultura burguesa, na “aparência de uma história autônoma das constituições, dos sistemas jurídicos, das representações ideológicas”, o modo como se elaboram as “regiões particulares do pensamento” na forma de religião e de filosofia para expressar a “ilusão burguesa da eternidade e do caráter definitivo da produção capitalista” (IBID., p. 466), assim como o distanciamento entre teoria e prática.

Benjamin acentua que Engels rebelou-se contra duas situações com respeito a uma história da cultura: contra a ideia de um desenvolvimento (ou reação) entre as teorias literárias na “superação” de um estilo por outro; e contra a separação das escolas literárias de sua repercussão social e suas implicações econômicas e culturais (CHAVES, 2003). Ou seja, Benjamin faz uma leitura não usual de Engels, na maioria das vezes tido como mero colaborador de Marx, o segundo violino, sem nunca se reconhecer, principalmente na socialdemocracia, que Engels compartilhou com Marx muitas das ideias que produziram a teoria marxista e compilou o segundo e o terceiro livros de *O Capital*, sendo o terceiro praticamente elaborado por Engels a partir de notas esparsas deixadas por Marx.

A característica importante do trabalho de Fuchs, que aqui nos interessa abordar, foi desempenhar a tarefa de colecionador, que Benjamin aproxima à tarefa do historiador materialista, explicitando uma nova metodologia de abordagem histórica. A função do colecionador tem um caráter eminentemente moderno (assim como o *flâneur*, o jogador, o detetive, etc.), a partir da ressignificação da obra de arte na modernidade, no conjunto das transformações econômicas, sociais e políticas que geraram a mudança substancial do modo de vida e de percepção dos homens. Ao mesmo tempo, se apresenta como um método de reformulação da leitura da história do ponto de vista do grau de atualidade do passado: na medida do lampejo da reminiscência na textura do presente.

O colecionismo nasce vinculado ao movimento de autonomização da arte e às possibilidades de sua exposição a partir dos novos métodos de reprodução técnica. Os grandes colecionadores começam a aparecer na aurora da modernidade e, entre eles, salientam-se os humanistas que, em suas viagens, faziam suas aquisições. Benjamin acentua que a figura do colecionador aparece pela primeira vez na literatura em um romance de Balsac, *Le cousin Pons*, vinculado à representação do proprietário e milionário que, por sua condição social, pode ser colecionador e adquirir preciosidades para a satisfação pessoal, reunindo com orgulho incomparáveis tesouros (BENJAMIN, 1985, G II-2, p. 490). Se nas antigas sociedades o valor de culto possibilitava à arte desempenhar uma função social atingindo a sociedade por inteiro por meio de seu significado ritualístico, na sociedade moderna essa função se restringe na medida em que o acesso se determina pela propriedade da obra de arte, recolhida em coleções que o proprietário ostenta com orgulho como expressão de sua condição social.

“A imagem que Balzac delineia do colecionador está mais próxima da figura de Fuchs, de sua atividade e de sua plenitude, do que poderíamos esperar de um romântico. Diríamos inclusive, assinalando a seiva vital do homem em questão: como um colecionador Fuchs é um balzaquiano, uma figura balzaquiana ainda maior que a concepção do escritor” (IBID., p. 491).

Fuchs não foge a essa regra, não menos balzaquiana, de exposição da obra como signo de riqueza e posição social. Mas sua atividade enquanto colecionador vai muito além: ao selecionar os objetos para sua coleção ele os retira do lugar em que se encontravam (o mercado) e substitui seu valor comercial pelo valor cultural ou de conhecimento. Desse modo, “restitui à obra de arte a sua existência na sociedade”. Tal existência se constitui da reconstrução dos laços que ligam o objeto ao momento de sua emergência, gerando as condições para ressignificar a obra a partir do presente. Esse esforço supera o “fetichismo do mercado da arte”, que “é o nome do autor” (IBID., p. 503). O colecionador seleciona o objeto e, ao inseri-lo em sua coleção, o transfigura e o abstrai de seu caráter de mercadoria para mostrá-lo como criação de uma época e de uma coletividade, obra e expressão de um tempo cujo significado ressoa no presente com sentido sempre renovado.



E, para cumprir essa função, Fuchs supera também a condição inicial de apropriação da obra de arte como garantia de um estatuto social: tornou-se “um dos primeiros a desenvolver o caráter específico da arte de massas e com ele o impulso que recebera do materialismo histórico” (IBID., p. 503). Ou seja, por sua formação e envolvimento político, Fuchs é impulsionado a dar à sua coleção uma grande publicidade por meio das produções de seu trabalho jornalístico. Trazendo suas obras à exposição, abriu a possibilidade de popularizar a obra de arte.

Para Hanna Arendt (1987, p. 169), colecionar implica “redimir o objeto como coisa, visto não ser mais um meio para um fim, mas ter um valor intrínseco, Benjamin podia entender a paixão do colecionador como uma atitude semelhante à do revolucionário”. Como este, o colecionador sonha com um mundo melhor.

O tema colecionador retorna em *Desempacotando minha biblioteca*, escrito no qual Benjamin fala de sua própria paixão. “Toda paixão confina com um caos, mas o de colecionar com o das lembranças”, para dar “uma ideia sobre o relacionamento de um colecionador com seus pertences” e que torna o colecionar uma arte. “Tudo o que é lembrado, pensado, conscientizado, torna-se alicerce, moldura, pedestal, fecho de seus pertences”. A origem, a história, os detalhes do percurso do objeto até chegar a suas mãos precisam ser desvelados (BENJAMIN, 1987, p. 227-8; 2009, H 1<sup>a</sup>, 2). Colecionar implica transpor limiares entre memória e esquecimento, ordem e desordem, a fim de realizar a tarefa da crítica. Ao adquirir livros ou outros objetos e liberar as coisas de seu valor funcional e utilitário, o colecionador se torna um “fisiognomista do mundo dos objetos – intérprete do destino”, alguém que renova o velho retomando seu significado original ou atribuindo-lhe nova significação (ID., 1987, p. 228-9).

Para o colecionador, a aquisição de um objeto da coleção “representa o seu renascimento”. E justamente neste ponto sua atividade se aproxima da brincadeira de crianças, que “decretam a renovação da existência por meio de uma prática centuplicada e jamais complicada. Para elas colecionar é apenas *um* processo de renovação” (IBID., p. 229).

Hannah Arendt acentua que Benjamin foi provavelmente o primeiro a ressaltar que “o colecionar é a paixão das crianças, para quem as coisas ainda não são mercadorias e não são avaliadas segundo sua utilidade” (ARENDR, 1987,

p. 168). Tal como a criança que descobre e interpreta o mundo por meio de seus guardados em gavetas, arca e caixas, a ação do colecionador deve orientar-se pelo propósito de “renovar o velho”, de tal modo a “tornar-se seu dono” (Benjamin, 1987, p. 124). Para o colecionador, a posse é “a mais íntima relação que se pode ter com as coisas”, pois é dessa forma que se vive nelas (IBID., p. 235).

Arendt destaca, ainda, que na modernidade o colecionismo tornou-se também “o passatempo dos ricos, que possuem o suficiente para não precisar de nada útil” e, por isso, podem se dedicar ao que Kant denominava “prazer desinteressado” (ARENDR, 1987, p. 168-9). Já Benjamin (2009, p. 244) afirma que o “coleccionador atualiza latentes representações arcaicas da propriedade”. No fundo, colecionar significa apropriar-se de um objeto e “torná-lo participante de si mesmo”, ou seja, para além da posse, o que distingue o colecionador do rico é que, para este, o objeto serve para ostentar a riqueza e para o colecionador<sup>5</sup> um objeto porta uma história a ser reconstruída, expressa uma ordem do mundo a ser desvelada.

Mais que a renovação, o que define essa atividade, portanto, é a posse do que, no passado, era um bem público, agora recolhido para a privacidade e o prazer individual. Nesse movimento de duplo significado produz-se uma afirmação e, ao mesmo tempo, uma negação da tradição, que Arendt explicita do seguinte modo: o colecionador, mesmo se tendo a intenção de conservar o objeto em seu significado original, quebra a ordem lógica e sistemática da tradição para ressaltar a qualidade dos objetos selecionados e construir uma nova ordem de classificação. “À tradição o colecionador opõe o critério da autenticidade; à autoridade, contrapõe o signo da origem”. Esse movimento produz uma “inversão da direção inicial do colecionador”, que redefine o

---

<sup>5</sup> O colecionador, para Benjamin “empreende a luta contra a dispersão” em que se encontram as coisas no mundo e, nesse ponto, a sua semelhança e, ao mesmo tempo, diferença com o alegorista. Este também identifica a dispersão, mas “desistiu de elucidar as coisas através da pesquisa do que lhes é afim e do que lhes é próprio. Ele se desliga de seu contexto e desde o princípio confia na sua meditação para elucidar seu significado”. O colecionador faz precisamente o inverso, ou seja, “reúne as coisas que são afins” e “consegue, deste modo, informar a respeito das coisas através de suas afinidades ou de sua sucessão no tempo”. Essa diferença também os aproxima, na medida em que “em cada colecionador esconde-se um alegorista e em cada alegorista, um colecionador”, precisamente porque nenhum dos dois consegue completar a sua tarefa, em função da historicidade que permeia todas as ações (BENJAMIN, 2009, p. 245).

passado a partir do presente, “contra a tradição e a autoridade do passado”. Assim, de “herdeiro e preservador” o colecionador, num movimento dialético pelo qual se insere na modernidade, “se converte em um destruidor” (ARENDR, 1987, p. 170-1).

A partir deste contexto, as semelhanças do colecionador com a tarefa do historiador se explicitam e se delinea uma nova metodologia de abordagem histórica que busca decifrar o presente em suas contradições. Destruir para renovar, ou apenas juntar os fragmentos dispersos em um tempo que já se ocupou de romper com a tradição.

## 2. Em busca de outras semelhanças e afinidades

Além do colecionismo, a função do historiador materialista, que busca explicitar a experiência do tempo na leitura de documentos, pode ser aproximada com a tarefa do arqueólogo, que recolhe os destroços do solo para neles reconhecer os traços do passado: quem “pretende se aproximar do passado soterrado deve agir como um homem que escava”. Sobretudo, “não deve temer voltar sempre ao mesmo fato” e “revolvê-lo como se revolve o solo”. Pois “fatos’ nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação”. As imagens, “desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos do nosso entendimento tardio”, são “igual a torsos na galeria do colecionador” (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Manuseando a enxada de modo “cauteloso e tateante na terra escura”, o arqueólogo mapeia o solo, escava, seleciona, peneira, recompõe fragmentos e revela uma realidade desconhecida. Se “ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho” (IBID., p. 239). Essa expressão, cotejada com a atualidade, se apresenta como crítica ao modo analítico e também positivo de tomar os fatos como imediatamente dados e entender que se pode explicar os fatos com a mera descrição ou relato de experiência. Assinalar no terreno o lugar onde se conserva o velho, no contexto da leitura de Benjamin, significa

encontrar um nexos preciso e essencial entre os tempos, que permite evidenciar o grau de atualidade do passado.

No fundo, historiador, arqueólogo e colecionador buscam sinais do passado no presente, retornam sobre um objeto para reconstituí-lo, selecioná-lo, peneirá-lo, inseri-lo em um novo contexto de interpretação. Reconhecendo a distância histórica na singularidade do achado, sua tarefa consiste em identificar diferenças e semelhanças que permitam tanto compreender o presente quanto reinterpretar o passado nos sinais descobertos.

A distância histórica não é pontual, temporal, mas sim reconhecida nas singularidades de suas dimensões políticas, sociais, estéticas, que caracterizam a produção do fato ou da obra e lhe dão uma especificidade. Os fatos e obras tiveram uma significação no momento em que foram produzidos, sendo ressignificados a partir da própria criação histórica: nesse movimento, vida e morte, recordação e esquecimento se entrelaçam, na medida em que o significado dos conflitos do passado depende de como nos apropriamos deles, tanto na leitura do historiador quanto no movimento contraditório das forças sociais em luta.

O colecionador se ocupa em reconstruir significados de um mundo em ruínas e, para tanto, recolhe os objetos, ressignifica e os devolve para a sociedade. Neste processo, explicita-se o método de abordagem e de leitura da história, que exige do pesquisador a dedicação e o esforço em identificar como o passado adentra a nossa vida num lampejo a espera de ser reconhecido. Essa característica pode ser entrevista em uma das citações de Benjamin:

“O verdadeiro método de tornar as coisas presentes é representá-las em nosso espaço (e não no representar no espaço delas). (...). Também a contemplação de grandes coisas do passado – a catedral de Chartres, o templo de Paestum – consiste, na verdade, em acolhê-las em nosso espaço. Não somos nós que nos transportamos para dentro delas, elas é que adentram a nossa vida” (ID., 2009, p. 240).

A proposição de um método inovador de pesquisa histórica apresenta duas características fundamentais: a primeira, acima anunciada e que Benjamin esclarece ao longo de seu trabalho, é a de abordar a história como uma trama de “fios que apresentam a intromissão de um passado na textura do presente”, ou seja, identificar na trama do presente os rastros do passado articulando o

lembrado e o vivido, que alteram o cenário de ação política (ID., 1985, G II-2, p. 479); a segunda, não menos importante, é a de retomar a dialética em sua força destrutiva, a fim de identificar as tensões geradas pelas contradições que permeiam a textura do real e evidenciam o entrecruzar de dimensões da temporalidade. Essa abordagem pressupõe tanto a destruição dos fundamentos do historicismo e do positivismo na leitura da história quanto a destruição das ilusões ou da alienação que é gerada pela abordagem positiva.

Essas duas características definem a tarefa do historiador materialista como uma atividade que visa a realizar a crítica ao historicismo em todas as formas que este apresenta nas teorias da história. Trata-se de liberar o materialismo histórico da noção de progresso enquanto a marcha da história num curso irreversível e de causalidade enquanto considera o passado como de fato aconteceu, possível de narrar a partir da memória, noções que caracterizam a história linear e progressiva; torna-se necessário romper com essa cadeia para salientar a força destrutiva do materialismo histórico instaurando uma interpretação da história que supere a ideia de progresso em todos os sentidos. Essa característica também se encontra no trabalho de Fuchs, na tarefa que assumiu de colecionador, de historiador materialista e na sua arte de caricaturas.

A força destrutiva da dialética, de base hegeliana e reinterpretada na teoria marxiana, foi esquecida pelos componentes da socialdemocracia alemã que, por isso, ficaram impossibilitados de explicitar o ‘lado destrutivo do desenvolvimento técnico’, ou seja, de entender os desdobramentos da técnica inserida no modo de produção capitalista. A socialdemocracia de fim de século, presa aos limites do positivismo, não se deu conta das “energias destruidoras da técnica” (IBID., p. 475).

Identificar a positividade e não a negatividade no campo da política apresenta-se como o pressuposto para a ilusão de continuidade, base de políticas reformistas. A “concepção determinista alinha-se com um evidente otimismo”. Certamente a confiança é uma parte relevante do êxito de uma intervenção política. Porém, faz uma grande diferença “se o otimismo se aplica à capacidade de ação da classe ou se às circunstâncias nas quais a classe atua”. A socialdemocracia alemã tendia para a segunda forma e, por isso não conseguia

identificar os sintomas de barbárie vislumbrados por Engels e Marx (Ibid., p. 488).

A força destrutiva da dialética se expressa na atitude de quem, por não ver nada de duradouro, “vê caminhos por toda parte”. O “que existe ele converte em ruínas, não por causa das ruínas, mas por causa do caminho que passa através delas” (ID., 1987, p. 237). Essa negatividade permite uma nova disposição das circunstâncias históricas e uma nova compreensão da realidade a fim de desobstruir caminhos e possibilitar novas construções, visto que é necessário destruir para criar. “Este é o grande vínculo que enlaça harmoniosamente tudo o que existe” (IBID., p. 236).

Desobstruir, abrir caminhos, questionar sempre, trilhar os desvios, esta é a tarefa do historiador materialista. A técnica de montagem de fragmentos como se construísse mosaicos, o começar sempre de novo, como Penélope a entrelaçar os fios na sua interminável tecelagem ou o reconfigurar os objetos sempre outra vez como nas brincadeiras infantis, são alguns aspectos de uma forma peculiar de ler a história.

A crítica radical ao “pseudodevir” historicista tanto na vertente burguesa quanto na socialdemocrata coincide com a crítica à modernidade como mundo de ilusões e de fantasmagorias.<sup>6</sup> Este conceito, retomado de Marx a propósito do fetichismo da mercadoria, expressa as forças míticas que perpassam a sociedade moderna e que se expressam no imaginário social, no aprisionamento ao “curso natural” da história e da vida. Benjamin (2009, X 13a, p. 711) reconhece que a fantasmagoria tem origem na esfera da produção e do fetichismo da mercadoria, mas amplia o seu significado ao referir-se ao modo como a mercadoria, ao ocultar o conjunto de relações das quais tem origem, possibilita que a sociedade produza uma imagem de si mesma que ela expressa na cultura; esta imagem é fantasmagórica.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> A noção de mercadoria oculta o conjunto de relações sociais produzidas a partir das relações de trabalho e as transforma em relações entre coisas; a partir desse pressuposto, “a sociedade gera uma imagem de si mesma a partir de uma aparência que ela acredita ser a realidade” (SCHLESENER, 2011, p. 146).

<sup>7</sup> Este fragmento se completa com uma observação sobre a definição de cultura de Adorno, citado literalmente por Benjamin (X 13a, p.711): “como um bem de consumo no qual nada deve nos lembrar de como ele veio a surgir. É transformado num objeto mágico, na medida em que o trabalho nele acumulado aparece como sobrenatural e sagrado no mesmo instante em que deixa de ser percebido como trabalho”.

Este fragmento, que se remete a Fuchs, supõe que uma história materialista da cultura precisa enfrentar o problema da ideologia e da desmistificação dos mitos que forma o imaginário social e que encontram expressão na história da literatura, na arte, no direito, na religião, etc. Desfazer estes mitos, evidenciar as contradições e os segredos escondidos sob a crença de normalidade e naturalidade, buscar os detalhes singulares esquecidos, as possibilidades sufocadas ou cooptadas, os sonhos que se perdem sob a aparência das coisas para revelar a estrutura de uma sociedade profundamente desigual e opressora.

“Na ordem social, Paris corresponde ao que na ordem geográfica é o Vesúvio. Um maciço ameaçador, perigoso, um foco de revolução em constante atividade. Mas, assim como as encostas do Vesúvio se transformaram em pomares paradisíacos graças às camadas de lava que as recobriram, assim também florescem sobre a lava das revoluções, como em nenhum outro lugar, a arte, a vida festiva, a moda” (ID., 2009, C 1, 6, p. 122).

O historiador materialista procura descobrir as afinidades<sup>8</sup> entre épocas distantes e as potencialidades reais e latentes da realização de suas promessas no contexto presente. Tendo como pressuposto a luta de classes, sua tarefa se encontra em identificar as afinidades entre tempos que se entrecruzam e nos abrem novas possibilidades de vida. Movimentos insurrecionais e as mais variadas formas de resistência cultural e política sempre existiram ao longo da história da sociedade capitalista, mas na história da modernidade foram movimentos que fracassaram, ou porque sua unidade era frágil e facilmente rompida pelas ações das classes dominantes, ou porque foram estigmatizadas como “casos de polícia”, de loucura coletiva por questionarem a propriedade privada dos meios de produção ou a ordem instituída.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Como Benjamin acentua a propósito da tradução, “afinidade não significa necessariamente semelhança”, mas integração (no caso do tradutor, de várias línguas), pois “o sentido não se esgota no visado; ele adquire essa significação precisamente pela maneira como o visado se liga, em cada palavra específica, ao modo de visar”. (BENJAMIN, 2011, p. 115).

<sup>9</sup> No caso Brasileiro, basta pensar em Canudos, Contestado, Guerra do Paraguai e outras insurreições populares que, em linhas gerais, nem aparecem nos livros didáticos ou aparecem brevemente ligados a fanatismo religioso ou à liderança intempestiva deste ou daquele indivíduo específico, que iludiu e levou as massas ao massacre.

O trabalho de Fuchs traz os sinais e expressa os paradoxos de seu tempo, isto é, participa da problemática que enfrenta a sua época e que é “inseparável da história da cultura”. A obra do passado não apenas não está concluída como é paradoxal e seus desdobramentos também dependem da leitura do historiador materialista, para quem o conceito de cultura sempre aparecerá problemático porque a dialética materialista só se completa com o momento destrutivo que garante a autenticidade do pensamento e, este, não é representado na história da cultura. Os teóricos socialdemocratas não perceberam o lado destrutivo do progresso porque “eram estranhos ao lado destrutivo da dialética” (ID., 1985, GS. II-2, p. 476-477).

Em Fuchs, Benjamin identifica a retomada de uma tradição que se estendeu de Marx a Bebel, concretizando-se na ação do grupo Spartacus e que se caracterizou por uma “força de ruptura” que a prática e o discurso socialdemocrata conseguiram sufocar. Uma “força explosiva”, arrebatadora, que “coloca em questão o fechamento dos diferentes domínios do saber e de sua formação” (IBID., p. 467). O historiador materialista que Benjamin encontra em Fuchs é aquele que tenta romper com uma visão dogmática e estanque do mundo para abrir-se a um vastíssimo campo de conhecimentos a fim de apreender o pulsar sensível do passado no presente. Para tanto, é preciso firmar-se em uma nova concepção de temporalidade que supere o tempo mecânico e cronológico e se delineie como duração concreta e criadora da vida, composta de momentos significativos que se fundam nas imagens esmaecidas preservadas na memória.

### 3. Sobre a sexta e a sétima Teses sobre o Conceito de História:

Os escritos aqui comentados prenunciam as *Teses sobre o Conceito de História*, das quais retomamos a VI e a VII, como modo de explicitar o movimento pelo qual interagem os tempos na relação entre memória e esquecimento: a imagem do passado lampeja no presente, mas, “se não for reconhecida como uma de suas próprias imagens, tende a desaparecer irrecuperavelmente”. Reconhecer estas imagens e suas afinidades com o



momento vivido significa “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (IBID., p. 224).

Esse relampejar é fugaz, efêmero; cabe ao historiador materialista reconhecer a imagem e apropriar-se dela, ou seja, arrancá-la do texto linear, da visão unívoca e pontual, para evidenciar novas interpretações; assim como o poeta que sente despertar a paixão ao reconhecer na multidão o olhar da passante, o historiador materialista (ou o político, porque história e política se entrecruzam) tem a tarefa de reconhecer o momento da revolução. O reconhecimento da imagem fulgurante enquanto uma nova constelação pode abrir novas possibilidades de ação, ou seja, trata-se de uma tarefa eminentemente política: a de identificar as possibilidades de transformação a partir dos elementos que o presente nos oferece.

“Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilegio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (IBID., p. 224-5).

O pano de fundo dessa Tese é a política no movimento da luta de classes, a relação historicamente produzida entre dominantes e dominados, opressores e oprimidos. Entende-se aqui que o sujeito histórico é a classe potencialmente revolucionária, aquela capaz de romper com o conformismo e com a identificação com os vencedores firmando a sua identidade de classe. Despertar no passado as centelhas da esperança significa identificar nas lutas históricas seus desdobramentos nas relações de forças que compõe o momento atual, como fracasso, domínio e subordinação mistificados por uma ideia de verdade única e eterna. Despertar no presente a centelha da revolução significa reconhecer a sua imagem passageira no entrelaçar dos fios que se tecem no movimento histórico, na articulação de memória e esquecimento.

Essa temática já se anuncia em *Parque Central*, no esforço de Baudelaire em identificar tudo o que, no mundo moderno, é “segregado do contexto da vida”; se em Fuchs encontramos o colecionador, em Baudelaire temos o alegorista que “se fixa em fragmentos” para oferecer “a imagem da inquietação subitamente congelada” (ID., 1985b, p. 131). Em ambos, tem-se o esforço em superar a leitura linear da história e identificar no movimento do presente os sinais do recalçado ou esquecido.

Para Löwy (2005, p. 66) liberar a tradição do conformismo significa “restituir à história sua dimensão de subversão da ordem estabelecida, edulcorada, obliterada ou negada pelos historiadores ‘oficiais’” retirando o passado do limbo de neutralidade no qual ele foi lançado. Para redimir o passado dessa condição na qual foi colocado pelos historiadores ‘oficiais’, torna-se necessário retomar a luta de classes e destruir a realidade de dominação criada pelo inimigo que não cessa de vencer. Trata-se de realizar o sonho pelo qual se bateram as gerações anteriores, para dignificar a ação de seus mortos superando as formas de dominação.

Dessa perspectiva, a Tese VII aprofunda o conceito de história acentuando a necessidade de fazer a crítica radical ao positivismo na ideia de empatia ou identificação afetiva com os vencedores. A tarefa do historiador materialista é desfazer as ilusões e mostrar que “os que num dado momento dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes”, tanto das vitórias quanto dos despojos dos que foram esmagados nas lutas. O historiador materialista precisa manter um distanciamento dessa identificação afetiva com os vencedores a fim de mostrar que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”, ou seja, a expressão de uma forma de dominação no contexto da luta de classes. E “assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura”, visto que a luta de classes se mascara na formação dos costumes, no conformismo e na pretensa neutralidade do conhecimento (Benjamin, 1985, p. 225). A tarefa do historiador materialista consiste em subtrair-se do encanto da leitura linear e homogênea e seguir na contramão da história, nadar contra a corrente, descortinar os nós que se formam no avesso do bordado ou o que a ordem esconde para garantir o poder na ideia de harmonia perene.

O historiador materialista é convocado a escrever a história da perspectiva dos dominados, a procurar entender os motivos de seus fracassos, ou seja, a explicitar as formas de dominação que caracterizam a modernidade, principalmente as que compõe a transmissão da cultura e que implicam também na formação do imaginário cuja expressão central é o mito.

Para Löwy (2005, p. 75), a Tese VII tem um alcance político fundamental, tanto na função do intelectual quanto na acentuação da dialética entre cultura e barbárie, “que não se excluem mutuamente”, mas compõe “dialeticamente uma unidade contraditória”.

Toda a cultura produzida apresenta-se como fruto da dominação direta ou como apropriação do conhecimento apresentado como pretensamente neutro e, portanto, documento de barbárie; tanto como resultado de vitórias em guerras, como os Arcos de Triunfo ou Colunas da Vitória que povoam a história ocidental, quanto como fruto do “trabalho anônimo dos produtores diretos – escravos, camponeses ou operários – eles próprios excluídos do prazer dos bens culturais”, essa concepção de história precisa ser desmistificada. Escrever a história do ponto de vista dos vencidos significa mostrar como, em cada momento histórico, a “elite dominante se apropria”, por vários meios, da “cultura anterior e a integra a seu sistema de dominação social e ideológico”, ou seja, para Benjamin “a história da cultura ‘deve ser integrada à história da luta de classes’” (BENJAMIN, GS I, 3, p. 1240). Significa mostrar a importância da cultura no contexto da política, na proposta de transformação radical da sociedade.

#### 4. Conclusão

Benjamin salienta, a partir do escrito sobre Fuchs, a importância do pensamento de Engels e sua força dialética para romper com o tempo sequencial do historicismo. Com a dialética o materialismo histórico pode fazer com que “a época salte fora da continuidade histórica coisificada, que a vida salte fora da época e a obra, da obra de uma vida”, a fim de fazer eclodir as forças de ruptura latentes na sociedade (ID., 1985, G II-2, p. 90-92).

Retomando as observações de Walter Benjamin sobre Paris que, na ordem social corresponde ao que, na ordem geográfica significa o Vesúvio, as aparências escondem as relações efetivas e as revoluções fazem parte da história. Como a lava vulcânica torna possível formar pomares paradisíacos, as revoluções, quando acontecem, subvertem completamente a praxis e abrem mil portas para novas possibilidades de vida, de arte e de cultura. Conseguir fazê-las germinar no solo arenoso e pantanoso da modernidade exige empenho e dedicação constante, para retomar a luta depois de cada fracasso.

Diante de um pensamento aberto que, por suas características, Benjamin nos incita a procurar caminhos, exigindo de nós um constante questionamento; o que nos propusemos neste artigo foi levantar alguns pontos que pudessem esclarecer aspectos metodológicos do que poderia se constituir na atividade do historiador materialista. Expressão de uma época, o pensamento de Benjamin sofreu a contínua necessidade de enfrentar e evidenciar o pessimismo, nas condições reais de barbárie que caracterizavam as condições sociais e políticas do seu momento histórico e que tornam o seu texto atraente, porque candente e atual.

### Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. *Infância e História*. Destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- ARENDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. V-1 e V-2, (Das Passagen-Werk). Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1991.
- \_\_\_\_\_. Eduard Fuchs, der Sammler und der Historiker. In: Benjamin, W., *Gesammelte Schriften*. II-2, (Aufsaetze, Essays, Vortraege). Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Gesammelte Schriften*. I-1,2,3. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1997.
- \_\_\_\_\_. Paris, die Hauptstadt des XIX Jahrhunderts. In: *Illuminationen*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1977, p. 170-184. (III).

- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985b, v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985c.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Rua de Mão Única. São Paulo: Brasiliense, 1987, v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades/34, 2011.
- CAPISTRANO, T. (org.). *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- CHAVES, E. *No limiar do moderno: estudos sobre Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin*. Belém: Paka Tatu, 2003.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L & PM, 1997.
- JAMESON, F. *Marxismo e forma*. Teorias dialéticas da literatura no século XX. São Paulo: Hucitec, 1985.
- LOWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SCHLESENER, A. H. *Os tempos da História*. Brasília: Liber Livro, 2011.
- \_\_\_\_\_. Benjamin leitor de Marx: na senda de *Das Passagen Werk*. *Crítica Marxista*, n. 36, p. 27-41, 2013.
- SELIGMANN-SILVA, M. (org.) *Leituras de Walter Benjamin*. São Paulo: Annablume, 2007.
- WOLIN, R. *Walter Benjamin an Aesthetic of Redemption*. Berkeley: University of California, 1994.